



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

# CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

# Professores encerram greve

**Sem saída. Assembleia estadual conturbada  
decide pela volta imediata às aulas**

(Notícias do Dia, Política, p.8)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site [www.sed.sc.gov.br](http://www.sed.sc.gov.br) e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: [www.sc.gov.br](http://www.sc.gov.br)

**Data: 19/7/11**



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Política	Data: 19/07/11
Assunto: Professores encerram greve		Página: 08

# Professores encerram greve

## Sem saída. Assembleia estadual conturbada decide pela volta imediata às aulas

**FLORIANÓPOLIS** – Professores da rede estadual de ensino, em greve há 62 dias, decidiram ontem voltar às aulas, mas “em estado de greve” e dentro de 120 dias realizar nova assembleia estadual da categoria para avaliar a situação. O retorno às aulas não significa concordância integral com a última proposta do governo do Estado. A insatisfação ainda é sentida entre os professores, que pretendem manter a negociação salarial.

Quanto à reposição das aulas, somente se o Estado depositar na conta os descontos dos dias parados. O fim da greve saiu na tarde de segunda-feira durante assembleia conturbada, com vaias e bate-bocas entre grevistas.

A coordenadora do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina), Alvet Bedin, vai encaminhar hoje ofícios ao governador Raimundo Colombo e ao secretário da Educação, Marco Tebaldi, comunicando o fim da paralisação e pedindo uma audiência. “A categoria conseguiu mostrar sua força, resistência e independência”, afirmou.

A presidente do Sinte não é unanimidade entre a categoria. Ela foi vaiada por uma parcela dos professores, que chegaram a pedir sua saída do Sindicato. “Ei, Alvet, pede para sair”, gritavam os manifestantes. Apesar de a maioria ter votado pela volta às aulas “em estado de greve” houve muito protesto e bate-boca entre os grevistas.

Análise  
do movimento.  
Depois de dois meses  
em greve os professores  
anunciaram o retorno  
em clima de revolta e  
indignação. Sentimentos  
mostrados durante  
assembleia



## Corrente política defende a continuidade do movimento estadual

A greve começou dia 18 de maio e encerrou 18 de julho. Uma corrente ligada ao PSTU defendia a continuidade do movimento. Membro da diretoria do Sinte, e filiada ao PSTU, Joaquina de Oliveira, fez um discurso acalorado pela manutenção da greve e foi muito aplaudida pelos grevistas.

Professores que chegavam ao Centro Sul recebiam um panfleto pregando o fortalecimento da categoria e luta contra o governo e o peleguismo.

O movimento grevista foi perdendo força nas duas últimas semanas. Desde a assembleia estadual realizada dia 7 de julho, em Florianópolis, quando foi decidida a sua continuidade, já havia sinais de desagregação do movimento. A maioria das assembleias regionais tinha decidido pelo fim da paralisação, mas o encontro de Florianópolis fez opção contrária.

A gota d'água viria no dia 13 de julho, quarta-feira, quando os deputados aprovaram o PLC26 numa

sessão tumultuada. Os professores tentaram invadir o plenário e a sessão foi suspensa por uma hora. Com o policiamento reforçado, a sessão foi retomada e o projeto aprovado. A professora Ivonete Andrade registrou queixa na Delegacia da Mulher contra o sargento Luiz Fernando e o PM Nereu Miller. Ela apareceu no Centro Sul com um dedo quebrado e mostrou a imprensa o boletim de ocorrência. A professora disse que foi se foi agarrada no pescoço e arrastada pela cintura por um policial do BOPE.

## “Governo fez mais do que podia”

O secretário da Educação, Marco Tebaldi, disse que quem sai bem nessa greve é o governador Raimundo Colombo. “O governo fez tudo o que podia. Diria até que foi além do que podia. O governador mostrou boa vontade, pois recebeu o comando de greve várias vezes, tanto no Centro Administrativo como em sua própria casa”.

Tebaldi entende que a greve não devia ter sido deflagrada. “Eu acho que greve tem que sair quando as portas estão fechadas, quando não existe diálogo”.

Para o secretário, a greve devia ter sido encerrada há duas semanas. “Todos os compromissos assumidos pelo governador Raimundo Colombo serão cumpridos com o magistério. Todos os itens aprovados pelo Projeto de Lei 26, bem como o pagamento dos dias parados aos professores que apresentarem seus planos de reposição de aulas serão honrados”, comentou Tebaldi.

## Críticas aos deputados

A revolta maior dos professores presentes na assembleia estadual era com o governador do Estado, mas sobraram críticas também para os deputados estaduais da base governista que votaram contra o Projeto de Lei Complementar 26, e principalmente com o deputado Joares Ponticelli (PP), relator da lei, aprovado na quarta-feira passada, por 28 votos a favor e oito contra. Na manhã de hoje o secretário da Educação, Marco Tebaldi, concede entrevista coletiva para apresentar o cronograma de recuperação das aulas.



CLIPPING

<b>Veículo:</b> A Notícia	<b>Editoria:</b> AN.Estado	<b>Data:</b> 19/07/11
<b>Assunto:</b> Aulas voltam ao normal hoje		<b>Página:</b> 18

# Aulas voltam ao normal hoje

**Em assembleia, professores decidem retornar, mas mantêm o alerta**

Professores da rede estadual retornam hoje às salas de aula, depois que a maioria votou, ontem, pelo fim da paralisação, com a condição de ficarem em estado de greve. Após 62 dias em greve, os professores voltam ao trabalho com reajuste salarial, mas com o plano de carreira achatado.

A assembleia estadual de ontem reuniu cerca de quatro mil professores, nos cálculos do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte). Numa reunião com muito bate-boca entre os participantes, vaias e críticas à coordenação do sindicato, a diretoria do Sinte encaminhou duas votações: continuar a paralisação ou retornar às salas de aula, mas permanecendo em estado de greve, por 120 dias, voltando a parar as atividades caso o governo não avance nas negociações. Venceu a segunda, que teve a maioria dos braços levantados. Daqui a quatro meses, está marcada uma nova assembleia estadual.

A decisão foi considerada madura pela coordenadora do Sinte, Alvetê Bedin. "Esses 62 dias foram de muita luta, e os professores mostraram que têm muita força", ressaltou a coordenadora.

A coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Sinte) em Joinville, Clarice Erhardt, disse que enviou um comunicado aos professores na noite de ontem convocando todos a voltarem às atividades na região. A primeira tarefa, hoje, será definir um cronograma de reposição de aulas. O cronograma deve começar já nesta semana, segundo ela. A gerente regional de Educação, Heliete Steingraber, disse que a contratação de temporários (ACT) foi segurada e não deve prejudicar a volta dos efetivos. A medida só deve ser tomada se algum professor continuar a faltar.



### CLIPPING

<b>Veículo:</b> A Notícia	<b>Editoria:</b> Cláudio Prisco	<b>Data:</b> 19/07/11
<b>Assunto:</b> Cronograma		<b>Página:</b> 18

## Cronograma

A greve do magistério, suspensa ontem em assembleia estadual, depois de 62 dias de paralisação, não apresentou vitoriosos, mas apenas derrotados. Todos perderam, a começar pelos alunos, sem falar nos professores e no próprio governo, que acumulou um desgaste político brutal.

Depois de excessos cometidos pelos professores e de erro de condução da parte da administração estadual, o fundamental agora é que o grupo de trabalho seja efetivamente formado para debater a reorganização da tabela e da carreira salarial da categoria.

### CLIPPING

<b>Veículo:</b> A Notícia	<b>Editoria:</b> Cláudio Prisco	<b>Data:</b> 19/07/11
<b>Assunto:</b> Posição		<b>Página:</b> 18

## Posição

O secretário Marco Tebaldi (Educação) concede hoje entrevista para falar do cronograma de reposição das aulas, que vão se estender até 30 de dezembro, completando assim os 200 dias letivos. "Todos os compromissos assumidos pelo governador com o magistério serão cumpridos. Todos os itens do projeto aprovado pela Assembleia, bem como o pagamento dos dias parados aos professores que apresentarem seus planos de reposição, serão honrados", garantiu.



### CLIPPING

<b>Veículo:</b> Notícias do Dia	<b>Editorial:</b> Ponto Final	<b>Data:</b> 19/07/11
<b>Assunto:</b> O fim da greve		<b>Página:</b> 23

## O fim da greve

Quando escrevi aqui, na semana passada, uma avaliação sobre a aprovação do Projeto de Lei Complementar 26 pela Assembleia Legislativa, coloquei o título "O gran finale da greve". Estava claro, naquele momento, que a paralisação do magistério estadual não tinha mais condições de se sustentar, justamente porque o governo, com o PLC 26 aprovado, mudara a estratégia

do jogo. Em suma, o governo conseguiu estabelecer uma ponte – ainda que não definitiva – para continuar negociando com os professores. Claro, os sectários de plantão não gostaram do que escrevi. Mas é evidente que, baseado nos fatos, eu apenas destaquei aquilo que parecia indiscutível: o fim da greve. Decidido, afinal, em assembleia realizada ontem.

### CLIPPING

<b>Veículo:</b> Notícias do Dia	<b>Editorial:</b> Ponto Final	<b>Data:</b> 19/07/11
<b>Assunto:</b> Inconformismo		<b>Página:</b> 23

## *Inconformismo*

Mas os sectários de plantão continuaram agindo ontem, durante a assembleia geral dos professores. Não se conformavam com o fim da greve, decidido pela ampla maioria dos participantes. Simplesmente porque o fim da paralisação significa a retomada das negociações: uma comissão paritária vai discutir os avanços indispensáveis à carreira dos professores.

### CLIPPING

<b>Veículo:</b> Notícias do Dia	<b>Editorial:</b> Ponto Final	<b>Data:</b> 19/07/11
<b>Assunto:</b> Pendências		<b>Página:</b> 23

## *Pendências*

O governo do Estado sabe que o PLC 26 não resolve o problema que tem com o magistério. Precisa atentar para os prejuízos causados às carreiras específicas, em especial dos profissionais que buscam aprimoramentos pós-graduação, como o doutorado. Mas o que importa é que, depois de muito tempo, o governo está interessado em solucionar pendências e, quem sabe, produzir um plano de cargos e salários moderno e condizente com a importância do magistério.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 19/7/11
Assunto: Acabou a greve, Assembleia estadual vota pelo retorno ao trabalho		Página: 12

# ACABOU A GREVE

## Assembleia estadual vota pelo retorno ao trabalho

Encontro de ontem na Capital decidiu encerrar paralisação após 62 dias e voltar às aulas ainda hoje

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Professores da rede estadual retornam hoje às salas de aula, depois que a maioria dos docentes votou, ontem, pelo fim da paralisação, com a condição de ficarem em estado de greve.

Daqui a quatro meses, haverá uma nova assembleia estadual da categoria. Após 62 dias, os professores voltam ao trabalho com reajuste salarial, mas com o plano de carreira achatado.

Assembleia estadual de ontem reuniu cerca de quatro mil professores, nos cálculos do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), no CentroSul, em Florianópolis. A participação foi menor do que naquela que votou pelo início da greve e que reuniu cerca de 10 mil trabalhadores – também segundo cálculos do Sinte – no mesmo local.

Numa reunião com muito bate-boca entre os participantes, vaias e críticas para a coordenação do sindicato, a diretoria do Sinte encaminhou duas votações: continuar a paralisação ou retornar às salas de aula, mas permanecendo em estado de greve por 120 dias, voltando a parar as atividades caso o governo não avance nas negociações. Venceu a segunda.

Para a coordenadora do Sinte, Alivete Bedin, a decisão foi “madura”.

– Esses 62 dias foram de muita

os professores mostraram que têm muita força. Amanhã (hoje) retornamos para a sala de aula, mas mantemos a nossa luta – ressaltou a coordenadora, garantindo que não existe uma divisão no sindicato, mas “opiniões divergentes”.

A vice-coordenadora, Janete Silva, também afirmou que a decisão foi a mais acertada. Para ela, não era possível continuar o movimento, devido ao índice de adesão, que, nas últimas semanas, estava menor que 50%.

– Tenho certeza que o governo não vai cumprir nada do que prometeu, e por isso o estado de greve. Não chamo de ganhos o que tivemos, mas vejo como lado positivo nossa disposição de luta – argumentou.

Para a professora de Araranguá Karen Suyan, a greve deveria continuar, porque a categoria não conquistou o que reivindicava. Ela entende que o professor volta às aulas desanimado e sem esperanças de melhorias.

O Sinte já encaminhou um pedido de audiência com o governo. Além de discutir a tabela salarial, também vai pedir um concurso público e anistia das faltas dos grevistas em 2008. A assessoria jurídica do Sinte estuda como e quando vai entrar com ação contra a lei que alterou o salário e o plano de carreira da categoria. Até a próxima semana deve ser dado um encaminhamento.

diario.com.br

A assembleia estadual teve cobertura ao vivo no site. Veja os momentos decisivos da reunião, publicados no Twitter.

- > 16:20 – Professores pedem a saída da coordenadora estadual do Sinte
- > 16:37 – Professores decidem por estado de greve.
- > 16:46 – Professores decidem por volta às aulas, com nova assembleia em 120 dias.
- > 16:49 – Coordenadora do Sinte diz que aulas devem voltar já na terça-feira.
- > 16:53 – Alivete Bedin diz que professores voltam às aulas, mas a luta continua.
- > 17:12 – Comando de greve fala em reuniões para elaboração de calendário especial para reposição das aulas.
- > 17:17 – Termina a assembleia dos professores em Florianópolis.



## CLIPPING

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Geral	<b>Data:</b> 19/7/11
<b>Assunto:</b> Acabou a greve, Assembleia estadual vota pelo retorno ao trabalho		<b>Página:</b> 12

# Projeto de lei é sancionado por Colombo

O projeto de lei complementar que altera o salário e plano de carreira do magistério foi sancionado, ontem, pelo governador Raimundo Colombo. Hoje, o secretário da Educação, Marco Tebaldi, apresenta um cronograma de trabalho pós-greve.

Discutir uma nova tabela salarial do magistério, em 180 dias, faz parte das promessas do governo, que propôs a formação de um grupo de trabalho com representantes do Estado e dos professores. O secretário manteve o compromisso.

– Com a volta às aulas, voltamos a conversar – afirmou.

Ele espera que hoje as escolas funcionem normalmente. Quem apresentar o plano de reposição até hoje ao meio-dia receberá o dinheiro descontado pelos dias parados. E não terá descontos referentes aos dias não trabalhados em julho. A folha suplementar roda hoje.

O calendário escolar vai até 30 de dezembro e não haverá recesso de julho. Alunos em prova final farão as avaliações na primeira semana de janeiro. Tebaldi garantiu que a reposição de aulas será acompanhada pela secretaria.

– Vamos tentar recuperar o tempo perdido. Essa foi uma greve diferente, porque não foi por reajuste e sim pelo piso nacional, mas estou com a consciência tranquila de que o governo fez o que era possível e chegou ao limite – disse Tebaldi.

**11/05** Assembleia estadual decide pelo início da greve. Passeata após a decisão reúne cerca de 10 mil professores, segundo cálculos do Sinte.



**13/05** Salas de aula ficam vazias no primeiro dia de paralisação em todo o Estado. De acordo com o Sinte, adesão ao movimento chega a 90%.

**13/07** Em sessão muito tumultuada – inclusive com a presença do Bope –, deputados aprovam projeto de lei complementar que estabelece novo piso.

**18/07** Assembleia estadual em Florianópolis resolve voltar às aulas ainda hoje. Decisão inclui manter o estado de greve por mais 120 dias.





## CLIPPING

<b>Veículo: Diário Catarinense</b>	<b>Editoria: Moacir Pereira</b>	<b>Data: 19/7/11</b>
<b>Assunto: Diversos</b>		<b>Página: 3</b>

## Versões

A assembleia geral do Sinte/SC deu fim à paralisação de 62 dias dos professores da rede estadual, mantendo a categoria em “estado de greve” – o que significa, em teoria, estar de prontidão para retomar o movimento a qualquer momento. Na prática, a greve chegou ao fim sem que os professores tenham saído dela convencidos de suas vitórias. O governo estadual garante que existem, o que tem levado a uma pouco produtiva dissecação da nova tabela de remuneração por políticos e professores.

Os avanços, se existem, terão que ser comprovados na prática, em um trabalho que requer também esforços de convencimento. Essa talvez tenha sido a maior das dificuldades do governo Raimundo Colombo (DEM-PSD) em todo o período da greve: convencer. Pelo menos duas versões foram tomadas como verdades factuais sem que o governo fizesse um esforço concentrado de desconstrução de discurso.

A primeira, sobre o destino dos recursos do Fundeb. A constatação de que o dinheiro do fundo ajudava a inflar os repasses de recursos para Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Udesc, jogada na discussão de forma atabalhoada, criou em toda a sociedade a ideia de que dinheiro carimbado para a educação estaria sendo desviado. O próprio governo pouco fez para desmentir a versão, talvez de olho nos R\$ 300 milhões a mais que teria em caixa com a retirada do Fundeb da operação matemática que calcula a destinação de recursos. No fim das contas, foi obrigado a negociar a ampliação dos percentuais dos poderes e ficar com um saldo de R\$ 90 milhões. Esse é o custo de uma versão que sempre será lembrada quando se falar em educação no governo Colombo. R\$ 90 milhões pela ideia de que o dinheiro da educação era desviado. Terá valido a pena?

A segunda versão não desconstruída é a de que a lei que instituiu o piso nacional obriga os estados a aplicar o mesmo reajuste em todos os níveis da carreira. Pode até ser justo, mas não é o que está no texto da lei. O piso nacional foi criado para que nenhum professor receba menos, não para que todos os profissionais recebam aumento. Isso se discute Estado por Estado, em seus planos de carreira. Como os professores, com todo o direito, devem continuar a fazer. Mas, ao não rebater a versão logo de cara, o Estado colocou-se em posição de inadimplente e fragilizou-se.

Ao permanecerem em estado de greve, os professores mostram-se dispostos a não deixar o assunto cair no esquecimento. Em janeiro, quando a tabela aprovada no PLC 026 for integralizada, as mesmas discussões e polêmicas vão voltar à tona, inclusive as duas versões. O governo vai ter que aprender a se fazer ouvir para não deixar o magistério falar sozinho novamente.

## PLANO DE SAÚDE

O contrato entre governo estadual e Unimed para os planos de saúde dos servidores acaba no dia 31 de julho, mas os beneficiados não precisam temer a perda do amparo médico. Quem garante é a Secretaria de Administração, que tem o entendimento jurídico de que ainda pode prorrogar o atual contrato por seis meses, caso não conclua o processo de licitação do novo plano de saúde.

A proximidade da data final do contrato tem causado uma legítima preocupação entre os servidores, inclusive com relatos de que alguns médicos não estão aceitando consultas marcadas para depois dessa data. A orientação da secretaria é para denunciar essa prática. No início do ano, o contrato foi prorrogado por seis meses para que o Estado fizesse a licitação de um novo modelo de plano de saúde para o funcionalismo, já que a Unimed não estaria interessada em manter o atual sistema. A Administração promete mais novidades em breve.



## CLIPPING

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Roberto Azevedo	<b>Data:</b> 19/7/11
<b>Assunto:</b> É um absurdo/Modelo/É ordem		<b>Página:</b> 12

### É um absurdo

A não utilização pelos professores das instalações da cozinha para preparar a própria refeição, algo que se repete em todas as escolas da rede estadual onde a merenda é terceirizada, tem respaldo em lei federal, confirma a Secretaria da Educação.

O relato de cinco professores da Escola Básica Manoel Pereira de Medeiros, em Urupema, que montaram uma cozinha improvisada para se alimentar, horrorizou cidadãos Estado afora. Mas a lei, que deveria ser alterada, restringe aos alunos o atendimento da alimentação, algo replicado em escolas municipais e federais. É, no mínimo, irônico.

### Modelo

Sobre as universidades comunitárias catarinenses – e os centros universitários –, a Secretaria Estadual da Educação informou que garante parte da manutenção por convênios que concedem bolsas de estudos a mais de 26 mil alunos. Este ano, a secretaria repassará R\$ 84,34 milhões pelos Programa de Bolsa de Estudo e de Pesquisa, Programa de Educação Superior, Fundo de Apoio à Educação Superior e Fundo Social.



### É ordem

A promessa de continuar a negociar com os professores da rede estadual, que retornam ao trabalho hoje, mas decidiram manter o estado de greve pelos próximos 120 dias, em assembleia realizada ontem à tarde, foi o melhor da declaração do secretário Marco Tebaldi.

O coro é para que se crie o grupo de trabalho entre governo e professores para reorganizar a tabela salarial e o plano da carreira do magistério. A proposta sempre esteve à mesa.



### CLIPPING

<b>Veículo: Diário Catarinense</b>	<b>Editoria: Serviço</b>	<b>Data: 19/7/11</b>
<b>Assunto: Estudantes</b>		<b>Página: 38</b>

• **Estudantes** - As inscrições para o Programa Jovens Embaixadores, um intercâmbio nos EUA, vão até o dia 7 de agosto. A Secretaria de Estado da Educação (SED) alerta as escolas da rede pública estadual para que fiquem atentas aos prazos. A inscrição deve ser feita no site [www.facebook.com/embaixadadoseua.br](http://www.facebook.com/embaixadadoseua.br).

<b>Veículo: Diário Catarinense</b>	<b>Editoria: Geral</b>	<b>Data: 19/7/11</b>
<b>Assunto: Listão do MEC</b>		<b>Página: 22</b>

#### LISTÃO DO MEC

#### **Prouni divulga mais selecionados**

O Ministério da Educação (MEC) liberou ontem a lista dos pré-candidatos aprovados em segunda chamada para receber uma bolsa do Programa Universidade para Todos (ProUni). A consulta pode ser feita pelo site do programa (<http://prouniportal.mec.gov.br/>) ou pelo telefone 0800 61 61 61. Os candidatos pré-selecionados têm até sexta-feira para comparecer às instituições de ensino para onde foram selecionados, para comprovar as informações prestadas durante as inscrições. A lista dos documentos que devem ser apresentados está disponível no site do ProUni.



### CLIPPING

<b>Veículo:</b> <a href="http://www.adjorisc.com.br/">www.adjorisc.com.br/</a>	<b>Editoria:</b>	<b>Data:</b> 18/7/11
<b>Assunto:</b> Sed afirma que magistério terá ganhos com aprovação da proposta do Governo		<b>Página:</b> Online

#### **SED afirma que magistério terá ganhos com aprovação da proposta do Governo**

Simulações realizadas pela Secretaria apontam que os professores poderão ter ganhos de até 43% já no salário referente a junho

Simulações realizadas pela Secretaria de Estado da Educação apontam que os professores poderão ter ganhos de até 43% já no salário referente a junho, após a aprovação do Projeto de Lei Complementar 26, proposto pelo Governo do Estado, na Assembleia Legislativa. "A tabela da Educação é muito complexa, e é importante registrar que a atual foi montada para que cumpríssemos a lei do piso", afirma o secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps. Ele lembra que as negociações continuarão com o retorno dos docentes às salas de aula.

Já entre agosto e dezembro, quando os valores de regência de classe passarão a ser de 30% para as séries iniciais e de 20% para séries finais e Ensino Médio, o aumento pode chegar a 46,6%. A partir de janeiro de 2012, a regência de classe volta a ser de 40% e 25%, respectivamente.

A tabela contida [neste link](#) mostra os valores de maio, de junho e de agosto a dezembro de oito níveis salariais do magistério catarinense. Algumas das simulações mostram a remuneração com aulas excedentes, e todas demonstram o valor com a regência de classe. Para efeito de comparação, o prêmio Educar foi incluído nos vencimentos de maio.



### CLIPPING

<b>Veículo: Jornal de SC</b>	<b>Editoria: Geral</b>	<b>Data: 19/7/11</b>
<b>Assunto: Professores da rede estadual decidem retornar às aulas na terça, mas mantém estado de greve</b>		<b>Página: Online</b>

**Professores da rede estadual decidem retornar às aulas na terça, mas mantêm estado de greve**

**Docentes reuniram-se nesta segunda-feira no CentroSul, em Florianópolis**

No fim da tarde desta segunda-feira, os professores da rede estadual de ensino decidiram voltar às aulas, após dois meses e dois dias de paralisação. A partir de terça-feira, toda a rede estadual deve voltar ao normal. A decisão veio na assembleia da categoria ocorrida no CentroSul, em Florianópolis, e pode ser considerada o terceiro movimento mais longo da história do magistério da rede estadual, de acordo dados do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte).

— Voltaremos às aulas, mas a luta continua — disse a coordenadora do Sinte, Alvetete Bedin.

De acordo com o Sinte, cerca de 3500 professores estiveram na assembleia em Florianópolis nesta tarde, a partir da 14h. Segundo a PM, este número fica entre 1500 e 2000 professores. No último dia 13, **os deputados aprovaram projeto de lei que modifica salário dos professores de Estado**. Acompanhe pelo twitter [@aovivode](https://twitter.com/aovivode) ou pelo chat abaixo a movimentação no CentroSul.



### CLIPPING

<b>Veículo: Jornal de SC</b>	<b>Editoria: Geral</b>	<b>Data: 19/7/11</b>
<b>Assunto: Professores estaduais retornam hoje às salas de aula</b>		<b>Página: Online</b>

#### ENSINO

#### **Professores estaduais retornam hoje às salas de aula**

#### **Após 62 dias parados, docentes voltam a lecionar, mas mantêm estado de greve**

FLORIANÓPOLIS - Professores da rede estadual retornam hoje às salas de aula, depois que a maioria dos docentes votou, ontem, pelo fim da paralisação, com a condição de ficarem em estado de greve. Daqui a quatro meses, haverá uma nova assembleia estadual dos trabalhadores. Após 62 dias em greve, os professores voltam ao trabalho com reajuste salarial, mas com o plano de carreira achatado.

A assembleia estadual de ontem reuniu cerca de quatro mil professores, nos cálculos do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), no CentroSul, em Florianópolis. A participação foi menor do que naquela que votou pelo início da greve e que reuniu cerca de 10 mil trabalhadores ? também segundo cálculos do Sinte ? no mesmo local.

Numa reunião com muito bate-boca entre os participantes, vaias e críticas para a coordenação do sindicato, a diretoria do Sinte encaminhou duas votações: continuar a paralisação ou retornar às salas de aula, mas permanecendo em estado de greve, por 120 dias, voltando a parar as atividades caso o governo não avance nas negociações. Venceu a segunda, que teve a maioria dos braços levantados.

A decisão foi considerada madura pela coordenadora do Sinte, Alvet Bedin. ? Esses 62 dias foram de muita luta e os professores mostraram que têm muita força. Amanhã (hoje) retornamos para a sala de aula, mas mantemos a nossa luta ? ressaltou a coordenadora, que observou que não existe uma divisão no sindicato, mas ?opiniões divergentes?.

A vice-coordenadora, Janete Silva, também afirmou que a decisão foi a mais acertada. Para ela, não era possível continuar o movimento, devido ao quadro de adesão, que, nas últimas semanas, estava com menos de 50% dos professores em greve. ? Tenho certeza que o governo não vai cumprir nada do que prometeu, e por isso o estado de greve. Não chamo de ganhos o que tivemos, mas vejo como lado positivo nossa disponibilidade de luta ? argumentou.

Já para a professora Karem Suyan, a greve deveria continuar, porque eles não conquistaram o que reivindicavam. Para ela, o professor volta para a sala de aula desanimado e sem esperanças de melhorias.

O Sinte já encaminhou um pedido de audiência com o governo. Além de discutir a tabela salarial, eles também vão pedir um concurso público e anistia das faltas dos grevistas em 2008. A assessoria jurídica do Sinte estuda de que maneira e quando vai entrar com ação contra a lei ? aprovada quarta-feira passada ? que alterou o salário e o plano de carreira da categoria. Até a próxima semana deve ser dado um encaminhamento.[julia.antunes@diario.com.br](mailto:julia.antunes@diario.com.br)



## CLIPPING

<b>Veículo: Jornal de SC</b>	<b>Editoria: Geral</b>	<b>Data: 19/7/11</b>
<b>Assunto: Projeto de lei que altera salários entre em vigor</b>		<b>Página: Online</b>

### ENSINO

#### **Projeto de lei que altera salários entra em vigor**

O projeto de lei complementar que altera o salário e plano de carreira dos professores foi sancionado ontem pelo governador Raimundo Colombo e já está em vigor. Hoje, o secretário da Educação apresenta um cronograma de trabalho pós-greve.

Discutir uma nova tabela salarial do magistério, em 180 dias, faz parte das promessas do governo, que propôs a formação de um grupo de trabalho com representantes do Estado e dos professores. O secretário garantiu que o compromisso continua mantido.

? Com a volta às aulas, voltamos a conversar ? afirmou o secretário.

Ele espera que hoje as escolas estejam funcionando normalmente. Os professores que apresentarem o plano de reposição até hoje ao meio-dia irão receber o dinheiro descontado pelos dias parados. Eles também não vão ter descontos referentes aos dias não trabalhados em julho. A folha suplementar roda hoje.

O calendário escolar vai até 30 de dezembro e não haverá recesso de julho. Alunos em prova final farão as avaliações na primeira semana de janeiro. De acordo com o secretário, a reposição de aulas será acompanhada pela secretaria.

? Vamos tentar recuperar o tempo perdido. Essa foi uma greve diferente, porque não foi por reajuste e sim pelo piso nacional, mas estou com a consciência tranquila de que o governo fez o que era possível e chegou ao limite ? observou.

#### ***Como foi a assembleia de ontem***

- 16:20 ? Professores pedem a saída da coordenadora estadual do Sinte, Alvet Bedin.
- 16:37 ? Professores decidem por estado de greve.
- 16:46 ? Professores decidem por volta às aulas com nova assembleia em 120 dias.
- 16:49 ? Coordenadora do Sinte diz que aulas devem voltar já na terça-feira.
- 16:53 ? Alvet Bedin diz que professores voltam às aulas, mas a luta continua.
- 17:12 ? Comando de greve fala em reuniões para elaboração de um calendário especial para reposição das aulas.
- 17:17 ? Termina a assembleia dos professores em Florianópolis.



## CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Leitor	Data: 12/07/11
Assunto: A greve dos professores e a Constituição Federal		Página: 12

# A greve dos professores e a Constituição Federal



**SAMANTHA BUGLIONE,**  
bacharel e mestre em direito,  
doutora em ciências humanas,  
[buglione@babele.com.br](mailto:buglione@babele.com.br)

Uma discussão que integra o estudo do constitucionalismo é o que é uma constituição. Alguns afirmam que a Constituição é a expressão de um momento histórico; outros vão dizer que a Constituição é normativa e dirigente, no sentido de ser uma aspiração de como queremos que seja a nação, independentemente do estado precário em que ela se encontre hoje (isso está exemplificado na nossa definição de salário mínimo). Há, ainda, uma classificação que diz que a constituição é culturalista, representando o misto de valores de que somos compostos.

Independentemente disso tudo, a Constituição fala que a educação é um direito de todos e dever do Estado. Mas se adotarmos uma concepção baseada na experiência, todo o problema da educação, greves e salários, é irrelevante. Veja o meu exemplo, que provavelmente é o de muita gente: fiz ensino fundamental e médio, mas hoje já não lembro quase nada do que estudei. Esse conhecimento serviu para um ritual de passagem, chamado vestibular, que me autorizou a fazer uma faculdade.

Na faculdade, aprendi uma série de coisas, mas só aprendi mesmo fazendo coisas por conta própria. A faculdade foi quase que só um pré-requisito para um diploma, que também não me habilita para a vida profissional. Como minha escolha na época foi ser professora, ainda tive que fazer mestrado e doutorado.

Fiz doutorado interdisciplinar na UFSC, mas vários concursos da própria UFSC não aceitam esse doutorado. Posso dizer que fui enganada pelo próprio sistema. Não bastasse isso, o jeito que eu aprendi matemática não me permite entender uma carta topográfica ou ângulos de uma bússola.

Em resumo: à exceção de algumas pedagogias específicas, toda nossa educação é uma ilusão, pois não aprendemos muita coisa útil para a vida cotidiana. Se fosse, ainda, falar em educação no sentido de "tirar do outro o que ele tem de melhor", o *educare* latino, também não sobra muito. Nosso ensino não serve nem para nos fazer melhores cidadãos, valorizar o mérito ou saber corretamente a gramática, já que o próprio MEC defende erros grotescos. Em países como o Japão, se aprende a lidar com desastres, limpam-se os banheiros da escola, estudam-se marcenaria, lidas domésticas, coisas importantes para a vida e o caráter.

O que eu me lembro, isso sim, é de ter ficado sentada olhando um professor escrevendo no quadro. Sob essa perspectiva, essa história de greve, educação de qualidade, etc., não é um problema: basta fazer um supletivo e está resolvido. E se tudo der errado, ainda podemos nos candidatar a alguma bolsa-coitado.





CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Opinião	Data: 12/07/11
Assunto: As lições para tirar da greve		Página: 06

# As lições para tirar da greve

Após mais de dois meses, chega ao fim a greve dos professores da rede estadual de ensino. O movimento, com características inéditas na história da educação em Santa Catarina, termina deixando uma série de lições. Uma delas é a de que a categoria tem força e não pode ter sua capacidade de agregação e mobilização desprezada. Outra diz respeito ao caráter democrático da disputa – quem entra numa paralisação desse tipo sabe que pode ter sucesso, mas também se expõe ao risco da derrota e de recuos que, mal assimilados, podem dividir o que parecia uno, sólido e inquebrantável.

Foi o que aconteceu com os professores, que deflagraram a greve com adesão recorde e o apoio da sociedade, incrédula diante da baixa remuneração dos mestres. Na hora de negociar uma saída honrosa, para recuperar perdas mais adiante, houve a radicalização, comandada por uma minoria que preferiu partidizar o movimento. De sua parte, o governo foi até onde pôde, em vista das limitações orçamentárias do Estado. E sempre manteve as negociações abertas, pagando o piso nacional para as faixas mais baixas de salário e assumindo o compromisso de repor o que havia tirado de parte dos profissionais na medida em que o caixa apresentasse condições para isso.

Agora, a obrigação é repor os dias parados e ministrar todo o conteúdo programático, assegurando o aprendizado a milhares de estudantes. A luta dos professores não pode desconsiderar os alunos e seus pais, que esperam do Estado uma educação cada vez melhor. Só assim, a partir do conhecimento, Santa Catarina manterá seu modelo de excelência, que a diferencia e distingue do resto do país.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Região	Data: 19/07/11
Assunto: Boff prega respeito à natureza		Página: 09

# Boff prega respeito à natureza

## Palestra. Segundo o teólogo, os professores também são educadores ambientais

**MARTHA RAMOS**  
[martha@noticiasdodia.com.br](mailto:martha@noticiasdodia.com.br)  
@martha\_ND

**SÃO JOSÉ** — Na abertura da 3ª Semana da Educação de São José, que prossegue até amanhã, no Centro Multiuso, o escritor, teólogo e professor, Leonardo Boff ministrou, ontem, a conferência intitulada “Educação: Princípios e Práticas Humanizadoras”.

Segundo Boff no atual momento que a humanidade vive, é necessário que o ser humano se adapte e passe a respeitar à natureza.

“O professor, nesse contexto, deve adotar uma nova pedagogia dentro de sala de aula. É necessário que o docente seja também um educador ambiental”. Ele diz “não basta saber, tem que pensar o que sabe”. Leonardo Boff usou essa frase em um sentido amplo, mas também dizendo que o educador sabe como preservar o meio ambiente, mas precisa pôr esse saber em prática, passando esses ensina-

mentos também para seus alunos. “Ou nós cuidamos do planeta ou vamos ao precipício”, disse.

Perguntado sobre como precisa ser feita a humanização da educação tendo em vista o crescimento da violência nas escolas, o escritor e teólogo disse que o essencial é que as pessoas tenham cuidado umas com as outras, que se valorize a família e que os docentes dialoguem com os alunos.

“Em uma sociedade que visa a competição e não a cooperação é essencial que se valorize e se receba boas instruções da família e que as pessoas tenham cuidado umas com as outras, porque assim, a violência nunca é soberana. Os professores também devem ouvir o que seus alunos têm a falar, assim o aprendizado é maior e passa a se achar soluções para problemas como a violência. Parto do princípio que todos são portadores de pelo menos um saber e portanto, todos os pontos de vista devem ser ouvidos”, afirma.

## Movimento dos professores recebe apoio

O escritor, teólogo e professor, Leonardo Boff, avaliou a greve dos professores, encerrada ontem. “As greves são justas, ainda mais a dos professores. Afinal, o governo tem dinheiro para tudo menos para a educação e à saúde. Essa

é uma reivindicação não só por dinheiro, mas por dignidade, autoestima e para honrar sua função. Os governantes tinham que tomar consciência que não honrando os professores, estão maltratando os alunos” analisou.



### CLIPPING

<b>Veiculo:</b> Notícias do Dia	<b>Editorial:</b> Leitor	<b>Data:</b> 19/07/11
<b>Assunto:</b> Pouca educação		<b>Página:</b> 22

#### **Pouca educação**

O editorial de um diário local fez apologia à fixação de uma placa com a nota obtida pela escola na prova do Ideb, que poderia proporcionar uma educação de qualidade. Em nenhum momento houve referência a uma remuneração digna e motivadora para os profissionais da educação.

Esta mesma mídia vez por outra faz referência aos investimentos realizados por alguns países em educação e que deram um significativo resultado para as respectivas populações. Um governo que economiza R\$ 1 bilhão para fazer investimentos em Santa Catarina, promovendo um PAC catarinense, estabelece limites para a educação.

Não deveria haver esse tipo de limites. O Estado que poderia aproveitar a oportunidade e dar um salto de qualidade, com professores bem pagos e motivados, opta pela contratação de ACTS. Um caos!

**Waldemar Siqueira**  
Florianópolis



### CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 19/7/11
Assunto: Sobre o DC		Página: 36

“

*O Brasil é o país das incompetências em todos os setores. Na educação, na saúde, na segurança pública e, inclusive, no futebol. As vezes, tenho vergonha de ser brasileiro e honesto.*

*Alcir José Falavogna  
Por e-mail*

”

### SOBRE O DC



**P**arabeñizo a excelente análise do jornalista Upiara Boschi (DC, 18/07), que teve atitude e ousadia de colocar para nós, leitores, os esclarecimentos sobre a situação da educação catarinense na coluna de Moacir Pereira. Informo que a educação em Santa Catarina só é discutida em campanhas políticas e depois é esquecida. Vergonhoso.

*Nilva Barella Lins  
Balneário Camboriú*

## Clipping

**CNTE**

### Educação e saúde têm mais casos de corrupção

› Data: 19/07/2011  
› Veículo: DESTAK - DF  
› Editoria: BRASIL  
› Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Conclusão é da Advocacia da União; grandes orçamentos e repasses de pequeno valor facilitam desvios

A maior parte dos desvios de dinheiro público no Brasil ocorre nas áreas da saúde e da educação, segundo o diretor do Departamento de Patrimônio e Probidade da Advocacia-Geral da União (AGU), André Luiz de Almeida Mendonça, em entrevista ao jornal O Globo.

Cerca de 60% a 70% dos desvios ocorrem justamente nessas áreas, caracterizadas por grandes orçamentos e muitos repasses de pequeno valor. "Quando você pulveriza o dinheiro público, dificulta a fiscalização e até mesmo a percepção de que você tem de fiscalizar. Então, nas pequenas obras, nos pequenos repasses é que nós encontramos o maior fluxo de casos", disse a O Globo.

Na mesma lógica, cerca de 60% dos réus nos processos são prefeitos e ex-prefeitos.

Desde 2009, quando a AGU passou a ter um trabalho mais sistemático de recuperação do dinheiro público desviado, 8% dos valores questionados foram devolvidos aos cofres da União. "É lógico que temos ainda muito por alcançar para que possamos dizer que no Brasil não há impunidade." Ainda de acordo com Mendonça, entre a prática da irregularidade e a efetiva recuperação são necessários em torno de 17 anos: cinco anos de apuração, mais cinco anos do processo no Tribunal de Contas da União e, por fim, o ajuizamento da ação judicial, que leva mais de cinco anos até uma conclusão.

Para diminuir esse prazo, seria necessário reduzir o tempo desses três estágios, aperfeiçoando o sistema, "e precisamos ter uma Justiça também mais rápida".

Na semana passada, retornaram aos cofres públicos R\$ 54,9 milhões do Grupo OK, do ex-senador Luiz Estevão, parte do dinheiro desviado da construção do TRT de São Paulo, no escândalo chamado de caso Lailau.

(da redação)

## Clipping

**CNTE**

### Estado muda estrutura para "desburocratizar" trabalho nas escolas

➤ Data: 19/07/2011  
➤ Veículo: FOLHA DE S. PAULO - SP  
➤ Editoria: COTIDIANO  
➤ Jornalista(s): FÁBIO TAKAHASHI  
➤ Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Diretores ficarão livres, por exemplo, de fazer pequenas compras, assumidas pelas regionais

FÁBIO TAKAHASHI

DE SÃO PAULO

A Secretaria da Educação de SP implementa hoje mudanças que visam diminuir a burocracia para os diretores de escola -eles ficarão livres, por exemplo, de fazer pequenas compras de materiais.

Outra alteração será a criação de corpo técnico, com mil novos cargos, para atividades administrativas hoje executadas por quase 2.000 docentes afastados, que são responsáveis por trabalhos como pregões de compras.

"A estrutura da secretaria é de 1976, era preciso modernizá-la", disse o chefe de gabinete, Fernando Padula.

Com a mudança, o diretor passará a requisitar os itens à diretoria regional, que ficará encarregada da aquisição. Para não tornar o processo lento, diz Padula, as regionais deverão criar procedimentos para permitir a compra imediata dos produtos.

"As mudanças vão tirar um monte de coisas dos ombros dos diretores", afirma o presidente da Udemo (sindicato dos diretores das escolas estaduais), Luiz Gonzaga.

O docente já afastado para atividades burocráticas seguirá na função. Porém, ao se aposentar, um técnico concursado ocupará o posto.

A reorganização também altera a estrutura de órgãos centrais. As coordenadorias da Grande SP (Cogsp) e do interior (CEI), por exemplo, não existirão mais. Serão criadas as coordenadorias de Gestão da Educação Básica, de Avaliação e de Recursos Humanos, entre outras.

## Clipping

**CNTE****MEC (Ari Cunha)**

- ✧ Data: 19/07/2011
- ✧ Veículo: CORREIO BRAZILIENSE - DF
- ✧ Editoria: OPINIÃO
- ✧ Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

R\$ 14 bilhões foram investidos na educação básica no Brasil no primeiro semestre de 2011. O montante inclui merenda escolar. Já no ensino superior, o total é de R\$ 12,4 bilhões. O aporte não conta com os benefícios gerados pelo Fies. Os dados não mostram quanto custa o aluno da educação básica e quanto custa o universitário. Seria interessante saber, já que o número de alunos da educação básica é bem maior.

## Clipping

**CNTE**

### Terceirização nas escolas custa caro

› Data: 19/07/2011  
› Veículo: O GLOBO  
› Editoria: RIO  
› Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Rede estadual tem 13 mil merendeiras, vigias e seguranças não concursados

Matheus Vieira [matheus.vieira@extra.inf.br](mailto:matheus.vieira@extra.inf.br)

A rede estadual de ensino conta com 13 mil trabalhadores terceirizados. São faxineiros, vigias e merendeiras. Para a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa (Alerj), eles custam mais ao estado (R\$1.300 cada) do que os concursados nestes mesmos setores (que ganham salário inferior a R\$550).

A Secretaria estadual de Educação reconhece que estes funcionários de apoio custam mais caro se forem terceirizados - apesar de não ter divulgado quanto custam aos cofres os servidores concursados destas áreas. O subsecretário de Gestão de Ensino Antonio Neto acredita, no entanto, que vale mais a pena ter faxineiros, vigias e merendeiras contratados de empresas privadas.

- Estes funcionários não precisam ser de carreira pública. Dá para exigir das empresas um perfil específico para o que se espera. Ganha-se flexibilidade e rapidez. E eles não precisam ter uma base pedagógica, já que estes serviços são muito específicos - aponta o subsecretário.

A coordenadora do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe), Beatriz Lugão, porém, discorda da visão do subsecretário:

- Qualquer um que trabalha dentro de uma escola precisa ter uma visão pedagógica. Merendeiras e vigias estão no pátio, no corredor e no refeitório o tempo todo, lidando com os alunos. Estes não devem ser serviços de alta rotatividade.

O presidente da Comissão de Educação da Alerj, deputado Comte Bittencourt (PPS), disse que vai entrar com representação no Ministério Público contra o estado, pela falta de concursos públicos para trabalhadores de apoio:

- O último concurso para pessoal de apoio foi em 1994. As últimas gestões têm uma visão de que estes profissionais não têm compromisso com o ambiente escolar.

O subsecretário, no entanto, rebateu as críticas:

- Uma merendeira só precisa manusear os alimentos. A maneira de se oferecer a comida deve ser vista pela diretora.



## Clipping

**CNTE**

### 18/07/2011 - Governo abre inscrições para o Exame Nacional de Desempenho

- › Data: 18/07/2011
- › Veículo: COLETIVO - DF
- › Editoria: EDUCAÇÃO
- › Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Podem se candidatar ingressantes e concluintes da educação superior

Provas são aplicadas desde 2004. Neste ano, elas serão realizadas em 6 de novembro, informou o Ministério da Educação

Começam hoje as inscrições para o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). Podem se candidatar alunos ingressantes e concluintes de cursos de educação superior. O prazo de inscrições termina em 19 de agosto. As provas serão aplicadas em 6 de novembro, em todo o País. As inscrições são de responsabilidade das instituições de ensino públicas e particulares cujos cursos serão avaliados nesta edição do exame. Pelas previsões do Ministério da Educação (MEC), 1,2 milhão de estudantes devem se inscrever este ano e cerca de 400 mil farão o Enade.

A prova - com duração de quatro horas, terá 30 questões de componente específico e dez de formação geral. A primeira aplicação ocorreu em 2004 e a periodicidade máxima em que cada área do conhecimento é avaliada é trienal. (Com informações da Agência Brasil e do MEC).

## Clipping

**CNTE**

### 18/07/2011 - PNE propõe mais R\$ 80 bi/ano à educação

› Data: 18/07/2011  
› Veículo: CORREIO DO BRASIL - RJ  
› Editoria:  
› Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

18/7/2011

Fundamental para orientar a educação no país nos próximos dez anos, o novo Plano Nacional de Educação (PNE) está em análise na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Trará impacto direto a 58 milhões de estudantes, os quais estão em sala de aula por, pelo menos, 200 dias, ou 800 horas por ano. Mais enxuto que sua versão anterior, e contemplando 20 metas passíveis de serem mensuradas, o texto proposto pelo governo já recebeu quase três mil emendas. Na prática, PNE deve dirigir as ações integradas do Poder Público - nas três esferas de poder - com vistas a garantir uma educação de qualidade ao brasileiro. E representarão um acréscimo anual à área de R\$ 80 bilhões por ano.

Carlos AbicalilCarlos Abicalil, secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (MEC), em uma entrevista exclusiva para este blog, faz uma análise sobre sua importância e impactos para o país.